Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.07, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL: PANORAMA HISTÓRICO, TRANSFORMAÇÕES E O PAPEL DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL: HISTORICAL OVERVIEW, TRANSFORMATIONS, AND THE ROLE OF FEDERAL INSTITUTES OF TECHNOLOGICAL EDUCATION

Eduarda Machado Gomes
Mestranda em Zootecnia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Brasil
E-mail: eduardavpn@gmail.com

Wemerson Leonardo Cruz da Silva
Mestrando em Ciência do Solo, Universidade Federal da Paraíba, Areia, Brasil
E-mail: wemersonleonardo39@gmail.com

João Marcelo do Nascimento Borges
Discente do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Codó, Brasil
E-mail: marcelo.nascimento@acad.ifma.edu.br

Francisco de Assis Lopes Bispo Junior
Discente do curso de Licenciatura em Ciências Agrárias, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Codó, Brasil
E-mail: assisbispo@acad.ifma.edu.br

Recebido: 01/04/2025 – Aceito: 15/04/2025

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.07, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

Resumo

Este artigo realiza uma revisão de literatura sobre a trajetória histórica da educação profissional no Brasil, com ênfase no papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). O objetivo central é analisar o panorama histórico e as transformações do ensino profissionalizante no Brasil, destacando a evolução da Educação Profissional e o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na consolidação dessa modalidade educacional. A metodologia baseia-se em revisão de literatura, abrangendo legislações, estudos acadêmicos e documentos históricos. Os resultados evidenciam que a educação profissional brasileira foi marcada por momentos decisivos, como a criação do SENAI e SENAC (década de 1940), a reforma tecnicista durante o regime militar (Lei nº 5.692/71) e a redemocratização, que culminou na integração entre ensino técnico e educação básica pela LDB de 1996. A Lei nº 11.892/08, que instituiu os IFs, representou um marco ao unir formação técnica, graduação e pós-graduação em um modelo gratuito e capilarizado. Contudo, persistem desafios, como a necessidade de atualização curricular frente às demandas da Quarta Revolução Industrial e a redução das desigualdades regionais no acesso. Conclui-se que os IFs são fundamentais para a democratização da educação profissional, mas exigem políticas públicas sustentáveis que garantam financiamento, articulação com arranjos produtivos locais e equilíbrio entre formação humanística e tecnicista. O estudo reforça a relevância de pesquisas futuras sobre o impacto dos IFs no desenvolvimento socioeconômico regional.
Palavras-chave: Educação profissional; Institutos Federais; Políticas educacionais; História da educação; Formação técnica.

Abstract

This article conducts a literature review on the historical trajectory of professional education in Brazil, with an emphasis on the role of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology (IFs). The central objective is to analyze the historical panorama and transformations of vocational education in Brazil, highlighting the evolution of professional education and the role of the Federal Institutes of Education, Science, and Technology in consolidating this educational modality. The methodology is based on a literature review, encompassing legislation, academic studies, and historical documents.The results show that Brazilian professional education has been marked by decisive moments, such as the creation of SENAI and SENAC (1940s), the technicist reform during the military regime (Law No. 5.692/71), and the redemocratization, which culminated in the integration of technical education with basic education through the LDB of 1996. Law No. 11.892/08, which established the IFs, represented a milestone by integrating technical training, undergraduate, and graduate education into a free and widespread model. However, challenges remain, such as the need for curriculum updates to meet the demands of the Fourth Industrial Revolution and the reduction of regional inequalities in access.It is concluded that IFs are fundamental for the democratization of professional education, but they require sustainable public policies that ensure funding, articulation with local productive arrangements, and a balance between humanistic and technicist education. The study reinforces the relevance of future research on the impact of IFs on regional socioeconomic development.
Keywords: Professional education; Federal Institutes; Educational policies; History of education; Technical training.

1. Introdução

A educação profissional no Brasil passou por profundas transformações ao longo

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

da história, refletindo as mudanças socioeconômicas e políticas do país. Desde os primeiros ofícios artesanais até a estruturação de um sistema formal de ensino técnico, essa modalidade educacional sempre esteve vinculada às demandas do mercado de trabalho e às políticas públicas de desenvolvimento nacional (Lopes, 2019).

No período colonial e imperial, a formação profissional estava associada principalmente ao aprendizado de ofícios, muitas vezes restrito a escravizados, artesãos e aprendizes informais. Somente no século XX, com a industrialização e a necessidade de mão de obra qualificada, o Estado passou a institucionalizar o ensino técnico, criando escolas profissionalizantes. A criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), em 1946, representou um avanço, mas também consolidou um modelo fragmentado, com forte participação do setor privado (Müller, 2010).

A partir da segunda metade do século XX, a educação profissional passou por diversas reformas, influenciadas por debates entre formação humanística e tecnicista (Silva; Ciasca, 2021). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1961 e, posteriormente, a reforma educacional durante o regime militar (Lei nº 5.692/71) priorizaram o ensino profissionalizante compulsório, nem sempre com resultados satisfatórios (Carlos; Cavalcante; Neta, 2018; Carlos; Meneses; Neta, 2020). Esse período foi marcado por críticas à dualidade entre formação geral e técnica, questão que permaneceu em discussão nas décadas seguintes.

A redemocratização trouxe novas perspectivas, com a Constituição de 1988 e a LDB de 1996 reafirmando a educação profissional como um direito e integrando-a à educação básica e superior (Copatti; Andreis, 2020). Nesse contexto, surgiram os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que mais tarde dariam origem aos Institutos Federais (IFs) em 2008, por meio da Lei nº 11.892 (Ribeiro, 2018). Essa expansão representou um marco, pois os IFs uniram ensino médio integrado, cursos técnicos, graduações e pós-graduações, promovendo uma formação mais articulada e inclusiva.

Os Institutos Federais tornaram-se protagonistas na democratização do acesso à educação profissional, especialmente para populações historicamente excluídas.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

Sua capilaridade, presente em todas as regiões do Brasil, e seu modelo de ensino gratuito e de qualidade reforçaram a importância da educação pública tecnológica. Além disso, os IFs incorporaram a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, aproximando-se do modelo das universidades, mas mantendo o foco na formação técnica e na inovação aplicada.

Apesar dos avanços significativos na educação profissional brasileira, observa-se uma lacuna nos estudos que analisam de forma crítica os desafios contemporâneos enfrentados pelos Institutos Federais, especialmente no que diz respeito à adequação curricular frente às demandas da Quarta Revolução Industrial e às persistentes desigualdades regionais no acesso a essa modalidade de ensino. Diante disso, surge a seguinte questão de pesquisa: Como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia têm respondido às transformações do mercado de trabalho e às exigências de uma sociedade em constante mudança tecnológica, e quais obstáculos ainda persistem para a consolidação de uma educação profissional verdadeiramente inclusiva e inovadora no Brasil?

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar o panorama histórico e as transformações do ensino profissionalizante no Brasil, destacando a evolução da Educação Profissional e o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na consolidação dessa modalidade educacional.

1.1 Objetivos Gerais

Analisar o panorama histórico e as transformações do ensino profissionalizante no Brasil, destacando a evolução da Educação Profissional e o papel dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na consolidação dessa modalidade educacional.

2. Revisão da Literatura

2.1 Panorama histórico e transformações do ensino profissionalizante no Brasil

A trajetória da educação profissional está intimamente ligada à história da humanidade desde os tempos mais antigos. Inicialmente, esse processo de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

aprendizado se baseava na observação, na prática constante e na repetição, métodos pelos quais os conhecimentos e as técnicas necessárias para a criação de utensílios que auxiliavam e simplificavam a vida cotidiana eram transmitidos (Manfredi, 2002).

Era comum que essas habilidades fossem herdadas dentro das famílias, passando de geração em geração, o que mantinha determinados grupos familiares dedicados à mesma profissão por longos períodos (Feitosa, 2010). Enquanto isso, as tarefas manuais e físicas eram frequentemente menosprezadas e destinadas principalmente aos escravos, tanto indígenas quanto africanos, além de uma pequena parte de trabalhadores livres (Cunha, 2000).

A partir do século XIX, diversas entidades privadas começaram a fornecer educação básica e introdução a profissões como tipografia, carpintaria, sapataria, tornearia, entre outras (Escott; Moraes, 2012). No entanto, inicialmente, esse tipo de ensino tinha como principal objetivo educar indivíduos marginalizados, como deficientes, filhos de ex-escravos, órfãos, pessoas pobres e aqueles em situação de vulnerabilidade, afastando-os das ruas. Essa iniciativa se configurou como uma política pública voltada para a moralização e a formação do caráter por meio do trabalho (Soares; Tavares, 1999).

O intervalo entre 1889 e 1930 foi um período de significativas transformações econômicas e sociais no Brasil. A abolição da escravidão gerou um cenário de crise e instabilidade no setor agrícola, já que o fluxo migratório da população para as áreas urbanas resultou em uma redução expressiva da força de trabalho no campo (Costa, 2010).

Diante disso, com o objetivo de reter os ex-escravos nas zonas rurais, evitando tanto a escassez de mão de obra quanto os possíveis desafios que poderiam surgir com seu deslocamento para as grandes cidades, uma das iniciativas do Ministério da Agricultura durante a Primeira República foi a implementação de políticas focadas no "ensino agrícola", visando capacitar a mão de obra rural (Araujo, 2013).

Nesse novo contexto social e de reorganização do trabalho, o setor industrial recebeu grandes investimentos e incorporou avanços tecnológicos significativos.

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

A mão de obra, que antes era explorada sob condições análogas à escravidão, passou a ser remunerada com salários (Feitosa, 2010).

A Revolução Industrial, por sua vez, já havia introduzido o conhecimento intelectual como parte essencial do processo produtivo, com o objetivo de disseminar essas competências na sociedade. Isso levou os principais países a estabelecerem sistemas nacionais de educação, visando universalizar o acesso ao ensino básico. Em várias nações, a educação básica foi direcionada para qualificar os trabalhadores, preparando-os para se integrar ao sistema produtivo. Isso porque o domínio mínimo de habilidades necessárias para operar máquinas e equipamentos já estava incluído no currículo das escolas elementares (Saviani, 2007).

A modernização industrial trouxe consigo a necessidade de qualificações específicas para diversas atividades relacionadas à manutenção, reparos e ajustes de máquinas. Diante dessa demanda, muitas empresas privadas passaram a oferecer cursos de capacitação diretamente no local de trabalho, visando atender de forma mais eficiente às exigências dos processos produtivos (Saviani, 2007). Esse avanço tecnológico e industrial contribuiu para que o Brasil entrasse em uma nova etapa econômica e política. Nesse contexto, foi necessário implementar políticas públicas voltadas à educação e à profissionalização da população urbana, que crescia significativamente (Cunha, 2000).

Nilo Peçanha, então Presidente da República e um político alinhado com as ideias industrialistas, estabeleceu o ensino técnico-profissional por meio do Decreto nº 7.566, em 23 de setembro de 1909. Essa medida resultou na criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, cujo propósito era formar trabalhadores qualificados para atuar em funções específicas nas oficinas industriais da época (Coelho; Delgado, 2000).

No Brasil, o Estado foi o responsável por implementar esse modelo de ensino, visando proporcionar oportunidades de inserção no mercado de trabalho para jovens provenientes das camadas mais pobres da população. Esse movimento ganhou maior força com o avanço dos processos de industrialização e urbanização a partir do século XIX, atendendo à crescente demanda da

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

economia por mão de obra qualificada, especialmente a partir da década de 1940 (Viamonte, 2011).

Ao longo dos anos, diversas iniciativas foram criadas com o objetivo de preparar os trabalhadores para o mercado. Até 1932, o ensino primário era complementado por cursos voltados para as áreas rural e profissional. Após concluir essa etapa, o estudante poderia optar por caminhos direcionados especificamente para a formação profissional no nível ginasial (equivalente ao atual ensino médio). Entre as opções disponíveis estavam a formação de professores para o ensino primário (normal média), o curso técnico agrícola e o técnico comercial. Essas alternativas de formação refletiam as características de uma época em que as atividades industriais e de serviços ainda estavam em estágio inicial e não permitiam o acesso ao ensino superior (Escott; Moraes, 2012).

As significativas mudanças socioeconômicas ocorridas ao longo de mais de cem anos geraram novas necessidades para as instituições de ensino. Com isso, um novo patamar de qualificação profissional tornou-se essencial, levando a uma reestruturação da educação profissional (Feitosa, 2010). Ao longo da trajetória do ensino técnico-profissionalizante no Brasil, diversos decretos e portarias foram estabelecidos pelo Governo Federal com o intuito de regular e formalizar a adaptação desse tipo de ensino às demandas do mercado de trabalho (Coelho; Delgado, 2000).

No fim dos anos 1930, as Escolas de Aprendizes Artífices foram substituídas pelos Liceus Industriais, embora essa transição não tenha alterado significativamente os propósitos das instituições anteriores. A partir de 1942, os Liceus deram lugar às Escolas Industriais e Técnicas, que passaram a oferecer formação profissional em nível equivalente ao ensino secundário. Em 1959, essas escolas foram elevadas à condição de autarquias e receberam a denominação de Escolas Técnicas Federais. Com o avanço e a expansão do sistema, três dessas instituições se transformaram, em 1978, nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), localizados no Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais (Otranto, 2010). Posteriormente, em 1990, a Lei nº 8.948 estabeleceu a conversão das demais Escolas Técnicas Federais em CEFETs. No

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

entanto, as escolas agrotécnicas, após avaliação do Ministério da Educação, não foram incluídas nesse processo. Já em 1979, os colégios agrícolas passaram a ser chamados de Escolas Agrotécnicas Federais (Lima, 2022).

Até o final de 2008, de acordo com informações do Ministério da Educação e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, a rede federal era composta por 36 Escolas Agrotécnicas, 33 CEFETs, que incluíam 58 Unidades de Ensino Descentralizadas, 32 Escolas Vinculadas, 1 Universidade Tecnológica Federal e 1 Escola Técnica Federal (Otranto, 2010).

Naquele mesmo ano, a educação profissional e tecnológica passou por mudanças significativas. O então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por meio da Lei nº 11.892/08, estabeleceu a criação de 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs). Essa iniciativa permitiu uma expansão considerável no número de instituições dedicadas à educação profissional em todo o país, promovendo a descentralização e interiorização desse tipo de ensino através da abertura de novos campi (Canali, 2009).

2.1 Educação profissional

O surgimento da educação profissional remonta aos tempos mais antigos da história, quando conhecimentos e habilidades eram transmitidos aos descendentes por meio de um processo baseado em observação, repetição e prática. Nossos ancestrais, utilizando a tecnologia e o conhecimento disponíveis em sua época, criavam soluções para superar os desafios impostos pelo ambiente em que viviam. De acordo com Manfredi (2002), ao longo da história, os seres humanos, aproveitando os recursos disponíveis em diferentes contextos, desenvolveram ferramentas e técnicas com habilidade, arte e funcionalidade, e esses saberes eram repassados de uma geração para outra.

A trajetória da educação, assim como a do trabalho, se desenvolve a partir das interações entre as diferentes sociedades, refletindo os modos como as populações se organizam, a distribuição de riquezas e as estruturas de poder. Em tempos passados, o acesso ao conhecimento era restrito às elites dominantes. Segundo Frigotto (2008), a modernidade transformou a relação entre trabalho produtivo e educação com o surgimento do capitalismo, onde a produção

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

passou a ser orientada pelo mercado, que assumiu o controle da organização produtiva e das relações entre capital e trabalho.

No século XVIII, as escolas de artes e ofícios se expandiram globalmente, com o propósito de preparar as novas gerações para dar continuidade às atividades laborais, especialmente após a revolução industrial, que redefiniu profundamente as bases da educação, direcionando-a para atender às demandas do mercado consumidor da burguesia da época. Foi nesse período que os detentores do controle sobre os meios de produção perceberam que seria arriscado e perigoso permitir que seus trabalhadores aprendessem a ler e escrever. Com o acesso ao conhecimento e à compreensão, esses operários poderiam desenvolver estratégias para contestar o poder e iniciar revoluções, reivindicando direitos que lhes eram devidos (Manacorda, 1990).

Nesse contexto, já se observava uma segmentação no sistema educacional, com a oferta de estudos mais aprofundados e especializados para as classes mais abastadas, enquanto os menos favorecidos eram direcionados para cursos técnicos, visando atender à demanda por mão de obra nas indústrias controladas pela elite. Dessa maneira, aqueles que possuíam maior poder econômico garantiam que o acesso ao conhecimento acadêmico permanecesse restrito, dificultando a ascensão das camadas sociais mais baixas (BRASIL, 2021).

No Brasil, a trajetória da educação teve início ainda nos primeiros anos da colonização, com os indígenas e os negros sendo os primeiros a receber algum tipo de instrução. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais e a instalação de casas de fundição e de moeda, houve a necessidade de aprimorar os conhecimentos relacionados à metalurgia. Isso levou ao surgimento de escolas voltadas para a formação dos filhos dos homens brancos que detinham o poder na época. Foi criada, então, uma comissão avaliadora para testar as habilidades dos aprendizes durante um período de cinco a seis anos. Aqueles que eram aprovados recebiam um diploma (BRASIL, 2021).

A educação profissional no Brasil teve seu início no começo do século XX, em um contexto em que se observou que o acesso à educação não era igualitário, tanto em termos de alcance quanto de qualidade. Diante dessa realidade, surgiu a necessidade de capacitar a classe trabalhadora, visando melhorar suas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

habilidades e conhecimentos. No entanto, desde o princípio, essa proposta já carregava traços de uma lógica capitalista, cujo foco não era exatamente promover a formação intelectual dos estudantes, mas sim aumentar a eficiência e a produtividade das empresas. Foi nesse cenário que se consolidou o que hoje conhecemos como educação profissional (Souza Neto, 2004).

No ano de 1909, o Decreto-Lei nº 7.566, assinado pelo então presidente Nilo Peçanha, estabeleceu que a educação profissional no Brasil deveria ser voltada para acompanhar o crescimento industrial e o processo de urbanização que ganhava força no país. Com essa medida, foram criadas 19 escolas de aprendizes e artífices, cujo objetivo era formar mão de obra qualificada para dar continuidade aos ofícios tradicionais, atendendo, assim, às demandas das camadas mais pobres da população. No mesmo ano, a gestão do ensino profissional passou a ser responsabilidade do Ministério da Indústria e Comércio (BRASIL, 1909).

Ao longo do tempo, é evidente que o setor produtivo e a área educacional passaram por diversas transformações. Isso ocorre porque a educação está diretamente conectada ao mundo da produção, sendo essencial que ambas estejam alinhadas para enfrentar os desafios da era moderna. Um dos principais objetivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, é promover o desenvolvimento de habilidades profissionais que estejam em sintonia com as demandas do novo cenário produtivo e tecnológico (Carlos; Meneses; Neta, 2020).

A Lei 9.394/96 estabelece que o poder público tem a responsabilidade de garantir o ensino médio como um direito de todo cidadão. Dessa forma, a LDB propõe a integração da educação profissional com outras modalidades de ensino, além de vincular-se ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com o intuito de impulsionar o crescimento e a eficiência da vida produtiva (BRASIL, 1996).

A educação profissional tecnológica atingiu seu ponto mais alto em 2008, com a expansão da rede federal por todo o Brasil, passando a oferecer cursos alinhados às tecnologias adotadas pelas empresas. Essa expansão teve como objetivo promover conhecimentos coletivos e adaptáveis, em sintonia com as novas diretrizes educacionais e os modelos de organização produtiva baseados em

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

tecnologia (Pacheco, 2020).

Para que esse cenário se tornasse realidade, foi essencial ampliar o escopo do ensino profissional, ajustando-o às necessidades e ao desenvolvimento do mercado. Isso exigiu a reinvenção de conceitos, a reformulação de práticas e a descoberta de novas ferramentas que acompanhassem as demandas emergentes. Atualmente, a educação profissional está em constante atualização, e, diante dos aspectos mencionados, são desenvolvidas as competências e habilidades específicas dessa área (Rodrigues; Freitas, 2016).

Dessa forma, para que a educação profissional seja efetiva, é essencial que o processo de ensino e aprendizagem contemple alguns aspectos fundamentais. Isso inclui definir claramente os objetivos a serem alcançados, avaliar a melhor maneira de se conectar com o público-alvo, elaborar um planejamento estratégico, selecionar as ferramentas e métodos mais adequados, e acompanhar as ações desenvolvidas para avaliar os resultados obtidos (Criscolo, 2022).

2.3 Educação profissional e os Institutos Federais de Educação Tecnológica

No final do século XX e início do século XXI, o mundo passou por mudanças significativas e enfrentou novos desafios que impactaram diversos setores em diferentes níveis. Entre esses desafios estavam o declínio do socialismo, a competição pela supremacia comercial e militar, a necessidade de se adaptar a novas realidades impostas por esse contexto e a escolha entre se ajustar ou resistir a essas pressões. Nesse cenário, a educação foi particularmente afetada pelas crises e pelas políticas neoliberais implementadas tanto no Brasil quanto em outros países (Criscolo, 2022).

Na Europa e na América Latina, as diretrizes políticas adotadas levaram ao desmantelamento da produção e à privatização de setores estratégicos e lucrativos do patrimônio nacional, muitas vezes a preços irrisórios. Isso gerou instabilidade e enfraqueceu a economia brasileira. Dentro desse processo, as universidades também foram atingidas, com seu funcionamento prejudicado devido aos cortes de investimentos na área educacional. Ao mesmo tempo, as escolas técnicas foram impedidas de se expandir, o que resultou na precarização

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

dos serviços oferecidos e, por consequência, no comprometimento da qualidade do ensino. Essa situação acabou beneficiando principalmente a proliferação de instituições privadas de ensino (Gouveia, 2016).

Com o intuito de impulsionar o crescimento econômico e revitalizar os setores de produção e serviços no início dos anos 2000, foram estabelecidos os Institutos Federais, concebidos com uma abordagem voltada para a formação integral. Essa proposta integra ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento do indivíduo e da coletividade, em vez de focar exclusivamente nas demandas do mercado de trabalho (Criscolo, 2022).

No entanto, os institutos ainda enfrentam desafios para se alinhar plenamente aos princípios que orientaram sua criação. Isso envolve a formação de uma estrutura político-administrativa capaz de gerir esse modelo inovador, além de exigir a compreensão e o apoio tanto dos governantes e gestores quanto da sociedade em geral. A aceitação e o entendimento desse novo paradigma de educação profissional, científica e tecnológica no Brasil são fundamentais para o sucesso dessa iniciativa (Gouveia, 2016).

Contudo, a educação, de modo geral, enfrentou diversos desafios até a virada do século. Nesse contexto, diante de mudanças implementadas pelo governo em 2003, com o objetivo de retomar o crescimento econômico, identificou-se a necessidade de formar mão de obra especializada, capaz de se integrar a um sistema produtivo que exigia adaptações e uma nova compreensão da relação entre o trabalhador e o trabalho. Foi nesse momento que a legislação que limitava a expansão da rede federal foi modificada, permitindo a oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio. Em 2005, o plano de expansão da rede federal foi oficialmente lançado, com políticas que abriram portas para milhares de jovens e adultos de classes menos favorecidas, possibilitando-lhes acesso à educação e à formação profissional (Pacheco, 2020).

A rede federal de educação atingiu seu centenário em setembro de 2009, mas foi a partir de 2005, durante o governo Lula, que sua ampliação se tornou realidade. O Brasil inaugurou mais de 660 unidades escolares, incluindo novas construções e reformas de espaços já existentes, com capacidade para receber aproximadamente um milhão de estudantes, oferecendo desde cursos de

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

qualificação até programas de pós-graduação (BRASIL, 2021).

A iniciativa pioneira de estabelecer os Institutos Federais introduz um novo paradigma na educação profissional e tecnológica em âmbito global. De acordo com Pacheco (2020), esses institutos têm como objetivo assumir uma função central e estratégica dentro de uma nova política educacional, priorizando a promoção da justiça social, da igualdade e do desenvolvimento sustentável, além de fomentar a inclusão social e buscar inovações tecnológicas e científicas. Criados por meio de uma decisão política, esses institutos utilizam essa base para exercer um papel fundamental no progresso socioeconômico em níveis local, regional e nacional, com o intuito de fortalecer a educação profissional e tecnológica como parte integrante do processo educativo.

Os institutos demonstram um compromisso profundo com as perspectivas de expansão e os possíveis arranjos produtivos e culturais da região em que estão inseridos. Eles se dedicam a projetos de intervenção, identificando desafios que vão desde questões científicas e tecnológicas até o desenvolvimento sustentável, e buscam criar soluções para superá-los. Com audácia e determinação, esses institutos atuam para que o Brasil possa avançar na inovação, deixando de ocupar uma posição secundária em relação a outras nações no que diz respeito à tecnologia, educação, pesquisa e ciência (Rôças; Bonfim, 2017).

3. Considerações Finais

A análise histórica da educação profissional no Brasil evidencia uma trajetória marcada por transformações significativas, influenciadas por contextos socioeconômicos e políticos. Desde os primórdios, com o aprendizado informal de ofícios, até a institucionalização do ensino técnico no século XX, percebe-se uma constante adaptação às demandas do mercado de trabalho. A criação de instituições como SENAI e SENAC representou avanços, mas também consolidou um modelo fragmentado, com forte participação do setor privado. A partir da redemocratização, a educação profissional foi reafirmada como direito, culminando na criação dos Institutos Federais em 2008, que se tornaram pilares na democratização do acesso e na integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Os desafios contemporâneos, no entanto, exigem reflexão crítica sobre o papel

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v7i1.3786

dos Institutos Federais frente às demandas da Quarta Revolução Industrial. A necessidade de atualização curricular, alinhada às inovações tecnológicas, e a superação das desigualdades regionais no acesso à educação profissional são questões urgentes. Além disso, a dualidade entre formação humanística e tecnicista, ainda presente, demanda um equilíbrio que prepare os estudantes não apenas para o mercado, mas também para a cidadania ativa. A indissociabilidade entre teoria e prática, princípio basilar dos IFs, deve ser fortalecida para garantir uma formação integral e inclusiva.

Nesse sentido, a presente revisão da literatura demonstra que os Institutos Federais representam um avanço na educação pública tecnológica, com capilaridade e gratuidade como marcas distintivas. No entanto, sua consolidação depende de políticas públicas contínuas que assegurem financiamento adequado, infraestrutura e valorização dos profissionais da educação. A expansão dos IFs trouxe oportunidades para populações historicamente excluídas, mas é preciso garantir que essa expansão seja acompanhada de qualidade e pertinência social, evitando a reprodução de desigualdades.

Dessa forma, este artigo reforça a importância de estudos futuros que aprofundem a análise sobre os impactos dos IFs no desenvolvimento regional e na inclusão socioprodutiva. A educação profissional, quando articulada às necessidades locais e globais, pode ser um instrumento poderoso de transformação social. Nesse sentido, os Institutos Federais, ao conciliar tradição e inovação, têm o potencial de liderar um novo ciclo de avanços na educação brasileira, desde que os desafios identificados sejam enfrentados com planejamento estratégico e compromisso coletivo.

Referências

ARAUJO, B. M. O ensino agrícola e a educação: A formação do trabalhador rural. 2013. *In:* **Simpósio Nacional de História**. 27. Natal, RN. 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 5 de janeiro de 2021. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica**. Diário Oficial da União, Brasília, ed. 3, seção 1, p. 19, 06 jan. 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-

/resolucao-cne/cp-n-1-de-5-de-janeiro-de-2021- 297767578. Acesso em: 15 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos Estados da Republica Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito**. Diário Oficial, Brasília, p. 6975, 26 set. 1909. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909- 525411-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 20 dez. 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

CANALI, H. H. B. A trajetória da educação profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio integrado à educação profissional. In: SIMPÓSIO SOBRE TRABALHO E EDUCAÇÃO, 5., 2009, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

CARLOS, N. L. S. D.; MENESES, R. M. D.; NETA, O. M. D. M. A Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996: aproximações e distanciamentos na organização do ensino na educação básica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. e6679109181-e6679109181, 2020.

CARLOS, N. L.; CAVALCANTE, I.; NETA, O. A educação no período da ditadura militar: o ensino técnico profissionalizante e suas contradições (1964-1985). **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, n. 30, p. 83-108, 2018.

COELHO, F. S.; DELGADO, D. M. A. Educação técnico profissionalizante no brasil, entre o fordismo/taylorismo e o pós-fordismo: evolução, características e desafios. In: Encontro Nacional de Administração (EnANPAD), 2000, Florianópolis. **Anais do XXIV EnANPAD**, p. 1-15. 2000.

COPATTI, C.; ANDREIS, A. M. Políticas públicas educacionais no Brasil pós redemocratização: percursos à cidadania?. **Geopauta**, v. 4, n. 1, p. 69-91, 2020.

COSTA, E. V. **Da Monarquia a República –** momentos decisivos. 9º Ed. São Paulo: Unesp, 2010.

CRISCOLO, C. F. D. **A visão dos professores do IFMG Campus Bambuí sobre a mudança no técnico subsequente em agropecuária partir da LEI Nº 11.788/2008**. 2022. 81 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade

Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Brasília: Flacso, 2000.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. História da educação profissional no brasil: as políticas públicas e o Novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *In:* **IX Seminário nacional de estudos e pesquisas "História, sociedade e educação no Brasil**, 2012, João Pessoa. Anais eletrônicos. p. 1492-1508, 2012.

ESCOTT, C. M.; MORAES, M. A. C. História da educação profissional no brasil: as políticas públicas e o Novo cenário de formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *In:* I**X Seminário nacional de estudos e pesquisas "História, sociedade e educação no Brasil**, 2012, João Pessoa. Anais eletrônicos. p. 1492-1508, 2012.

FEITOSA, T. S. **As "Reformas" do ensino profissionalizante de 1996 a 2006 na Escola Agrotécnica Federal de Crato Ceará:** Acomodação à legislação ou consciência da prática? 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2010.

FEITOSA, T. S. **As "Reformas" do ensino profissionalizante de 1996 a 2006 na Escola Agrotécnica Federal de Crato Ceará:** Acomodação à legislação ou consciência da prática? 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2010.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema. **Revista do Centro de Educação e Letras da Unioeste, Foz de Iguaçu**, v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

LOPES, M. W. V. Educação Profissional entre os anos 30 e 90: uma história de subordinação aos processos produtivos no contexto brasileiro. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 10, p. 6, 2019.

MANACORDA, M. A. **O princípio educativo em Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MÜLLER, M. T. O SENAI e a educação profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 10, n. 40, p. 189-211, 2010.

OTRANTO, C. R. Criação e implantação dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia–IFETS. **Revista Retta**, v. 1, n. 1, p. 89-110, 2010.

PACHECO, E. Desvendando os Institutos Federais: identidade e objetivos. **Educação Profissional e Tecnológica em revista**, v. 4, n. 1, p. 4-22, 2020.

RIBEIRO, R. T. **A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA**. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2018.

RODRIGUES, M. R. S. L.; FREITAS, M. C. S. Formar-se para ensinar: experiência de um Instituto Federal. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 2, n. 11, p. 51-70, 2016.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SILVA, L. M.; CIASCA, M. História da Educação Profissional no Brasil: do período colonial ao governo Michel Temer (1500-2018). **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 5, n. 1, p. 73-101, 2021.

SOARES, A. M. D.; TAVARES, M. G. Formação Profissional em Ciências Agrárias: as transformações no ensino técnico e seus impactos no ensino superior. **Revista Educação Agrícola Superior**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 18-29, 1999.

SOUZA NETO, S. et al. A formação do profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da legislação federal no século XX. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 2, 2004.

VIAMONTE, P. F. V. S. Ensino profissionalizante e ensino médio: novas análises a partir da LDB 9394/96. **Educação em Perspectiva**, v. 2, n. 1, 2011.